

TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO LITORAL NORTE DA BAHIA: VETORES, PADRÕES E TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL

SOCIO-SPATIAL TRANSFORMATIONS IN THE NORTH COAST OF BAHIA: VECTORS, PATTERNS AND TRENDS OF USE AND TERRITORIAL OCCUPATION

TRANSFORMACIONES SOCIO ESPACIALES EN LA COSTA NORTE DE BAHIA: VECTORES, PATRONES Y TENDENCIAS DE USO Y OCUPACIÓN TERRITORIAL

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2021.i2.p.178-195

Anízia Conceição Cabral de Assunção Oliveira
Professora do Instituto Federal da Bahia (IFBA)
E-mail: aniziacaoliveira@gmail.com

Marcus Henrique Oliveira de Jesus
Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino e História de Ciências da Terra
(UNICAMP)
Mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: marcushenrique103@gmail.com

RESUMO

Objetivo deste trabalho é apresentar uma discussão sobre os padrões de uso e ocupação da zona costeira de Conde, no Litoral Norte da Bahia, a partir dos processos de transformações socioespaciais ocorridos na região e da ação dos vetores de modernização que impõe novas lógicas na estrutura do território. Os procedimentos metodológicos contemplaram desde o levantamento bibliográfico até levantamento de planos de gerenciamento costeiro e de projetos de ordenamento territorial em órgãos públicos e em sites da internet, além do mapeamento e entrevistas. O Litoral Norte da Bahia é um dos espaços nordestinos privilegiados pelas ações governamentais em incentivo ao desenvolvimento do turismo e ao investimento de capital estrangeiro em infraestrutura turística. Conde, município integrante desta região, vem sofrendo a influência do avanço das atividades turísticas. A possível territorialização das atividades turísticas, de recreação e lazer de grande porte atrelado ao crescimento do mercado imobiliário de lotes e construção de condomínios de residências secundárias podem alterar substancialmente a dinâmica local, somadas à expansão dos núcleos habitacionais sobre ecossistemas costeiros, à concentração fundiária, ao avanço das atividades agropecuárias que desmatam a floresta nativa do município, à expansão das culturas específicas e à necessidade de preservação das comunidades que vivem da pesca artesanal e expõem um cenário complexo gerador de conflitos.

Palavras chaves: Litoral; Uso e Ocupação; Turismo.

ABSTRACT

The objective of this work is to present a discussion on the patterns of use and occupation of the coastal zone of Conde, in the North Coast of Bahia, based on the processes of socio-spatial transformations that occurred in the region and the action of the modernization vectors that impose new logics on the structure of the territory. The methodological procedures covered everything from the bibliographic survey to the survey of coastal management plans and territorial planning projects in public agencies and on internet sites, in addition to mapping and interviews. The North Coast of Bahia is one of the northeastern spaces privileged by government actions to encourage the development of tourism and the investment of foreign capital in tourism infrastructure. Conde, as a municipality in this region, has been influenced by the growth of tourist activities. The possible territorialization of large-scale tourism, recreation and leisure activities linked to the growth of the real estate market for lots and construction of condominiums for secondary residences can substantially alter the local dynamics, added to the expansion of housing units on coastal ecosystems, to land concentration, the advance



of agricultural activities that deforest the municipality's native forest, the expansion of specific cultures and the need to preserve communities that live by artisanal fishing and expose a complex scenario that generates conflicts.

Keywords: Coastline; Use and Occupation; Tourism.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es presentar una discusión sobre los patrones de uso y ocupación de la zona costera de Conde, en la Costa Norte de Bahía, a partir de los procesos de transformaciones socioespaciales que se dieron en la región y la acción de vectores de modernización que imponen nuevas lógicas al territorio. Los procedimientos metodológicos abarcaron desde el levantamiento bibliográfico hasta el relevamiento de planes de manejo costero y proyectos de ordenamiento territorial en agencias públicas y en sitios de internet, además de mapeo y entrevistas. La Costa Norte de Bahía es uno de los espacios nororientales privilegiados por las acciones gubernamentales para incentivar el desarrollo del turismo y la inversión de capital extranjero en infraestructura turística. Conde, como miembro de esta región, ha sido influenciado por el crecimiento de las actividades turísticas. La posible territorialización de actividades turísticas, recreativas y de esparcimiento de gran escala vinculadas al crecimiento del mercado inmobiliario de lotes y construcción de condominios para residencias secundarias puede alterar sustancialmente la dinámica local, sumada a la expansión de unidades habitacionales en ecosistemas costeros, para la concentración de tierras, el avance de las actividades agrícolas que deforestan el bosque nativo del municipio, la expansión de culturas específicas y la necesidad de preservar las comunidades que viven de la pesca artesanal y exponen un escenario complejo que genera conflictos.

Palabras clave: Costa; Uso y ocupación; Turismo.

1 INTRODUÇÃO

As particularidades históricas da formação territorial brasileira fazem com que a trajetória dos processos de ocupação se diferencie ao longo da costa, de modo que áreas com expressivo adensamento populacional, predominantemente de caráter urbano, coexistem com grandes extensões de terra com povoamento disperso e rarefeito. Por tais circunstâncias, é possível identificar ao longo da zona costeira, atividades industriais, portuárias e de turismo e lazer, coexistindo de maneira simultânea com populações que vivem sob modo de vida tradicional em atividade de cunho extrativista animal e vegetal.

Neste cenário diverso, os processos de ocupação, ao contribuírem com a valorização diferenciada dos espaços costeiros, vêm promovendo usos intensivos e indiscriminados, causando efeitos diretos nas dinâmicas dos ambientes físico-naturais, e acarretando, muitas vezes, a expulsão de comunidades tradicionais, principalmente quando há ausência de um planejamento territorial que respeite as questões culturais, sociais, políticas e econômicas das populações costeiras. Este panorama de adensamentos desordenados e transformações adversas, no qual novas atividades cada vez mais se territorializam sobre um discurso de modernização e/ou incorporação dos espaços periféricos na dinâmica econômica global, é acompanhado de conflitos de ordem social e ambiental.

O Litoral da Bahia ocupa uma extensão de 1.183 km e corresponde a maior zona litorânea do Brasil, uma das mais destacadas do mundo pelos seus atrativos naturais. Ao mesmo tempo, acaba sendo alvo de interesses econômicos, o que explica os investimentos em atividades diversas (VITÓRIA; OLIVEIRA, 2015). É possível destacar as atividades que abrangem desde a exploração



petrolífera até aquelas voltadas para agricultura e pecuária, sendo também presenciada a intensificação das atividades turísticas, de recreação e lazer, processo este que vem compondo de forma marcante o arranjo espacial do litoral.

Inserida no Litoral Norte da Bahia (LNB), a zona costeira de Conde destaca-se por apresentar sistemas de dunas, manguezais, áreas de restinga, baixios alagados, trechos de cobertura vegetal dotados de funções ambientais importantes. Além disso, o município de Conde foi eleito para ser um dos municípios pilotos para a implantação das ações do Projeto Orla, e destaca-se também pela presença de parte expressiva do seu território na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APA-LN), criada em 1992 com o objetivo de conter os impactos da construção da Linha Verde e ordenar o uso e ocupação do solo da zona costeira dos municípios de Conde, Jandaíra, Entre Rios, Mata de São João e Esplanada.

Frente às transformações socioespaciais promovidas por diversos agentes sociais e econômicos e considerando que a presença de atrativos naturais contribui para as tendências existentes de espaços a serem cada vez mais explorados por atividades variadas, com destaque para o turismo, foi levantada a seguinte questão: o Conde se configura como território passível de ser incorporado à lógica de apropriação e padrão de uso e ocupação já estabelecidos em outros espaços do LNB?

É nesse contexto que o objetivo deste trabalho é apresentar uma discussão sobre os padrões de uso e ocupação da zona costeira de Conde, a partir dos processos de transformações socioespaciais ocorridas no LNB e da ação dos vetores de modernização que impõe novas lógicas na estrutura do território¹.

2 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento deste estudo contemplaram desde o levantamento bibliográfico e produção de referencial teórico até levantamento de planos de gerenciamento costeiro, projetos de ordenamento territorial em órgãos públicos federais, estaduais e municipais e em sites da internet. A busca por dispositivos legais de proteção ambiental foi passo também importante para a pesquisa, pois promoveu o conhecimento dos espaços costeiros que estão ou deveriam estar sob efeito de proteção, e retratou o perfil atual de políticas e projetos de desenvolvimento adotados.

¹ O trabalho visa apresentar alguns dos resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) fomentado pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA) sob o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



Também contribuíram para a produção dos resultados, a utilização de software de geoprocessamento (Quantum Gis 2.6) que permitiu a interpretação de imagens de satélite extraídas do Digital Globe e da Terra Metrics, ano de 2015, e georreferenciadas por meio da utilização das bases cartográficas de dados do Atlas de Geodiversidade do Estado da Bahia CPRM (2003) e da Base Digital de Municípios da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, SEI (2014).

Igualmente, foram realizados trabalho de campo, no segundo semestre de 2016, para registro fotográfico, checagem das informações obtidas através da análise cartográfica e entrevista com moradores e funcionários de estabelecimentos voltados ao turismo no espaço costeiro do município de Conde, para obtenção de informações sobre a ocupação territorial, seus vetores e problemas da urbanização dispersa.

3 O DESENVOLVIMENTO DO VETOR TURÍSTICO NO LITORAL NORTE DA BAHIA

No LNB são observadas transformações na paisagem após a segunda metade do século XX, como fruto da atuação de processos que alteram a estrutura socioespacial e são vinculados, sobretudo, aos vetores de modernização apontados por Gomes (2013): a metropolização da Região Metropolitana de Salvador (RMS) aliada à expansão do Complexo Industrial de Camaçari, e as articulações do Estado junto ao capital internacional (turístico e imobiliário) na organização e produção do espaço.

O processo de metropolização da RMS, a instalação do Polo Petroquímico de Camaçari e a expansão do turismo litorâneo são considerados vetores responsáveis pelas transformações recentes na paisagem costeira desta região que, de um “deserto demográfico” passou a se tornar um “território de enclaves” (SILVA et al. 2008). Isto se justifica devido as consequências dessas novas dinâmicas que produzem ao longo do LNB processos como os analisados por Magalhães (2016) e Santos (2019) que envolvem a privatização das praias, impactos ambientais diversos e fragmentações e segregações socioespaciais.

A metropolização do município de Salvador exerce influência no cenário de políticas de desenvolvimento para a região. Grandes projetos e planos de ocupação, associados a empreendimentos turísticos de grande porte que contam com o aval do poder público, acabam caracterizando a área como uma das mais internacionalizadas e valorizadas da região Nordeste.

Jesus (2021), apoiado nas contribuições de Santos (2014) ao tratar das constituição dos meios geográficos, das particularidades que caracterizam cada momento, assim como das suas próprias contradições e as relações entre agentes hegemônicos e hegemonzados, destaca que o LNB é uma região que expressa na sua paisagem atual as rugosidades de momentos pretéritos, sobretudo da



colonização, coexistindo com objetos geográficos dispostos atualmente por agentes vinculados ao capital imobiliário-turístico e industrial.

O Litoral Norte da Bahia vivenciou transformações de cunho modernizador com a implantação de atividades petrolíferas que se instalaram através de campos de exploração em municípios como de Mata de São João e Pojuca. O LNB é inserido na Região de Produção da Petrobras na qual, como processo complementar, tem-se a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari (COPEC) em 1978. Essa nova atividade possibilitou grandes transformações na estrutura socioeconômica da região, e consequentemente na paisagem. Este processo impulsionou a urbanização, a construção de eixos viários (BA-099, Estrada do Coco e Linha Verde) e a valorização (e especulação imobiliária) da terra, concentrada nas mãos de grandes proprietários rurais e que anteriormente serviam à exploração de gado extensiva.

Quando Gomes (2013) e Santos (2019) relataram o processo de modificações na organização social e espacial da região, deixaram patente o papel estatal no processo de produção e organização do espaço em associação ao capital turístico-imobiliário. Portanto, temos o Estado como principal agente nas transformações ocorridas no Litoral Norte nas últimas décadas, seja ele atuando diretamente no fornecimento de infraestrutura, seja como articulador na implementação de vetores modernizantes, como a industrialização e urbanização, que se deram de maneira diferenciada e concentrada em determinadas localidades, privilegiando atividades econômicas específicas como a silvicultura, a celulose e a indústria petrolífera. Essas novas atividades irão criar uma demanda por infraestrutura viária, portos e terminais marítimos, consequentemente, os serviços terciários e o setor imobiliário e da construção civil também serão impulsionados.

E seguindo está lógica, as atividades turísticas encontraram um terreno fértil para sua implantação. Ao emergir no cenário da economia globalizada como um novo vetor de modernização e desenvolvimento socioeconômico, sobretudo, para territórios que ainda não foram incorporados às lógicas capitalistas globais, o turismo impõe-se como um poderoso aliado para o alcance da valorização dos lugares que são “frequentemente abandonados pelas outras atividades econômicas, levando para estes sítios eleitos a supressão das marcas, o equipamento coletivo, a promoção comercial e simbólica e novas fontes de receita e empregos” (CAZES, 1996, p. 81).

No início da década de 1990, o governo brasileiro em sintonia com os estados da região Nordeste e instituições internacionais de financiamento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), apresentam um novo modelo de planejamento do desenvolvimento socioeconômico, chamado Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE I). O PRODETUR tinha como pauta o fornecimento de infraestrutura nos espaços do litoral nordestino para a prática de atividades turísticas com padrões internacionais.



Também é prudente lembrar que durante esse período o Brasil passava por um momento de instabilidade econômica, e como afirma Pereira (2014, p. 117-122), como solução “efetuou-se um conjunto de ajustes econômicos ditados pelas instituições financeiras mundiais (FMI, BIRD e BID), tendo o PRODETUR/NE sido efetivado financeiramente mediante essas condições”, com investimentos voltados à urbanização do litoral nordestino e à infraestrutura de saneamento e transportes. Como desdobramentos desse processo, foram observadas a criação de rodovias (e/ou sua duplicação), ampliação de aeroportos (a inserção de aeroportos nas rotas internacionais) e adequação de infraestrutura de acordo aos padrões internacionais de turismo².

Gomes (2013) e Silva (2019), em seus trabalhos sobre o desenvolvimento do turismo no Litoral do Norte da Bahia, vinculados aos interesses hegemônicos de redes hoteleiras internacionais, relatam que durante o PRODETUR/NE, os polos da Baía de Todos os Santos e da Costa do Descobrimento foram os que absorveram mais recursos na Bahia, 80% do total.

No entanto, o governo baiano se torna um dos principais indutores das transformações socioespaciais e da construção de uma vocação turística na região. Silva e Carvalho (2011) mostram como o governo se articula para captação de investimentos do capital privado através da participação em feiras nacionais e internacionais de temáticas imobiliário turístico. Neste trabalho citado, os autores analisam como se desenvolve o marketing territorial do Litoral Norte com as vendas de lotes extensos em sites especializados na temática imobiliária. Além dessas questões, observa-se em sintonia com o número de terras à venda, a internacionalização dos espaços, com a presença cada vez maior de redes hoteleiras oriundas de países europeus, com destaque para Portugal e Espanha³.

As transformações socioespaciais ocorridas no Litoral Norte nas últimas três décadas, atreladas à instalação de atividades industriais e de empreendimentos do setor turístico de várias naturezas, chamam atenção para o fato de produzirem uma série de conflitos socioambientais, com destaque para a degradação dos ambientes costeiros e uma crescente privatização de praias, impossibilitando para as comunidades locais o acesso direto às paisagens naturais do seu cotidiano (LIMONAD, 2007; 2008).

É assim que, ao se presenciar ao longo da BA-099 o incremento de atividades econômicas imobiliárias e turísticas, fruto tanto do processo histórico de industrialização da RMS, quanto do reaquecimento da economia pós implementação do PRODETUR e implantação da segunda etapa da

² No caso do Litoral Norte da Bahia, as principais observações são referentes à ampliação do Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães e a duplicação de parte da principal estrada que corta essa região, a Linha Verde (BA-099).

³ Gomes (2013) apresenta um quadro com a situação dos empreendimentos turísticos, hoteleiros-imobiliários no Litoral Norte da Bahia, com base em dados do SETUR/SUINVEST/SEMA/DUC, 2010. Nele, estão 23 empreendimentos, cerca de 09 são de origem espanhola, 05 de origem portuguesa, um de origem mista entre os dois citados anteriormente, os demais estão entre nacionais, outros países europeus e os EUA. Há uma presença expressiva do capital português e espanhol no turismo do LNB.



BA – 099 (Linha Verde), identifica-se também a força de processos geradores de expressivas mudanças territoriais.

Em face das problemáticas levantadas pelos processos de modernização territorial e da identificação de reorientação das políticas territoriais e turísticas que se dizem pretender incorporar o desenvolvimento sustentável enquanto meta a ser atingida, é que se destaca a movimentação do poder público baiano, entre as décadas de 1990 e 2000, na formulação de planos com discurso de incorporação de uma lógica de ordenamento territorial orientando usos e ocupações em bases sustentáveis na zona costeira. Essas elaborações são produzidas no contexto de transformação na esfera político-administrativa federal do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO), o qual orienta as diretrizes a serem seguidas e o trabalho cooperativo entre distintas esferas da gestão pública (JESUS, 2021).

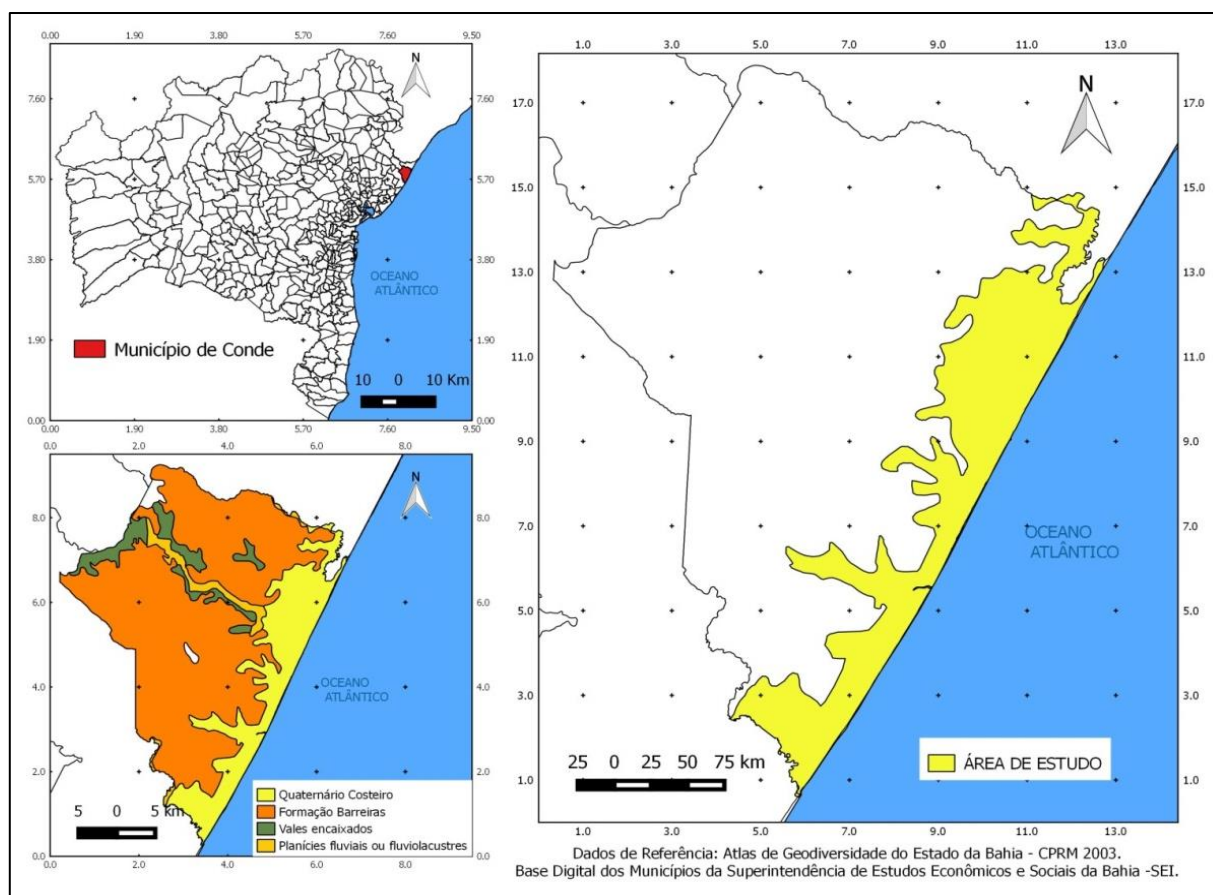
4 CONDE: PADRÕES DE USO E OCUPAÇÃO E A URBANIZAÇÃO DISPERSA

Com população estimada em 26.035 pessoas (IBGE, 2020), Conde é um dos municípios integrantes do Litoral Norte da Bahia e apresenta, segundo o último censo Demográfico de 2010, apenas 13,6% de domicílios com esgotamento sanitário, 34,1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e somente 2,5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Tais aspectos expõem uma carência de infraestrutura.

A zona costeira de Conde (Figura 1) está composta de elementos naturais que destacam uma diversidade de sistemas biofísicos, desde sistemas de dunas, manguezais até ambientes de restinga e praias. Diversas formas de uso e ocupação do solo também marcam a paisagem costeira do município. Vitória e Oliveira (2015), ao realizarem inventário das características biofísicas e da configuração da planície costeira de Conde, destacam que tal compartimento corresponde morfológicamente a terrenos de baixa fertilidade, de aspecto transicional, constituídos por depósitos litorâneos regressivos do pleistoceno e por depósitos sedimentares holocênicos onde são encontradas gerações de dunas divididas em conjuntos mais internos e cordões dunares de formação mais recente bordejando a costa. Zonas úmidas são presenciadas nas áreas baixas compostas por terrenos sujeitos a alagamentos periódicos a depender das condições de umidade, principalmente pela influência do período chuvoso.



Figura 1: Mapa de localização e caracterização geomorfológica do espaço costeiro de Conde/BA.



Fonte: VITÓRIA, JESUS E OLIVEIRA (2016).

A cobertura vegetal apresenta basicamente a seguinte composição: manguezais encontrados comumente nas proximidades das desembocaduras, em regiões com forte presença de canais; vegetação de restinga; e resquícios de Floresta Atlântica, representada por cobertura densa, constituída por manchas de vegetação com baixa antropização ou que permanecem em seu estado mais primário.

As pressões exercidas por diversas atividades econômicas, a exemplo da cocoicultura e pecuária, vêm contribuindo para a redução da vegetação original. O processo de ocupação com a consequente retirada da cobertura vegetal das restingas se dá, por exemplo, através da implantação de loteamentos, no qual o conjunto de casas, segundas residências, sítios e chácaras indicam presença marcante da ação humana (VITÓRIA e OLIVEIRA, 2015).

Ao longo da zona costeira do município, destacam-se os seguintes núcleos habitacionais: Sítio do Conde, Siribinha, Barra do Itariri e Poças. Em Sítio do Conde podemos verificar maior adensamento e distribuição espacial das residências e estabelecimentos comerciais. Seu tecido urbano apresenta dois eixos preferencias de crescimento nos sentidos nordeste e sudoeste. Casas de tamanhos variados com mais de um pavimento e ruas tortuosas e descontínuas compõem o padrão de



assentamento. Contudo, a presença de arruamentos com disposição mais regular e asfaltamento em várias vias também ocorrem e elevam a condição de fragmento urbano, apesar da carência de estradas asfaltadas para o acesso a povoados como Siribinha e Barra do Itariri.

Sítio do Conde é interligado à sede municipal e a BA-099 por via pavimentada. Seu processo de urbanização vem sofrendo a influência do turismo local que se concretiza a partir da migração de população proveniente de municípios mais interioranos. No tocante aos equipamentos de turismo, lazer e recreação, em Sítio do Conde tem-se a presença de pequenas pousadas e restaurantes. Também compõem o cenário de ocupação da zona costeira, residências secundárias utilizadas por veranistas em períodos de alta estação.

Siribinha localiza-se próximo a foz do Rio Itapicuru, e seu perfil de assentamento apresenta moradias estruturadas ao redor de um eixo central, com casas, no geral, compostas por um pavimento. A implantação de pousadas nas casas dos pescadores, bem como a presença de restaurantes de pequeno porte já são observadas. Também são encontrados equipamentos como sombreiros e mesas nas proximidades da foz do rio Itapicuru e na orla do seu núcleo.

Barra do Itariri está localizada na foz do Rio Itariri e tem a presença de casas com maior porte, que possuem função de segunda residência por população de veranistas. As moradias estão predominantemente dispostas ao redor da via que liga o estuário ao núcleo do Sítio do Conde. Há presença de novas construções com padrões arquitetônicos mais diversificados, resultados de ocupação recente, lotes de terra maiores, e em muitos trechos são verificadas casas construídas sobre o ecossistema de dunas ou de cordões litorâneos. Na Barra do Itariri é possível registrar um turismo de baixa intensidade, onde se verifica um processo de aluguel de segundas residências por turistas.

Por sua vez, Poças sofre influência direta da urbanização dispersa de Sítio do Conde e dada sua proximidade. Do mesmo modo ao que ocorre em Siribinha, casas também estão sobrepostas ao redor de uma via central, com semelhança no perfil de pavimento. Há carência de abastecimento de água e a principal disponibilidade do recurso é oriunda dos aquíferos presentes nos terraços marinhos.

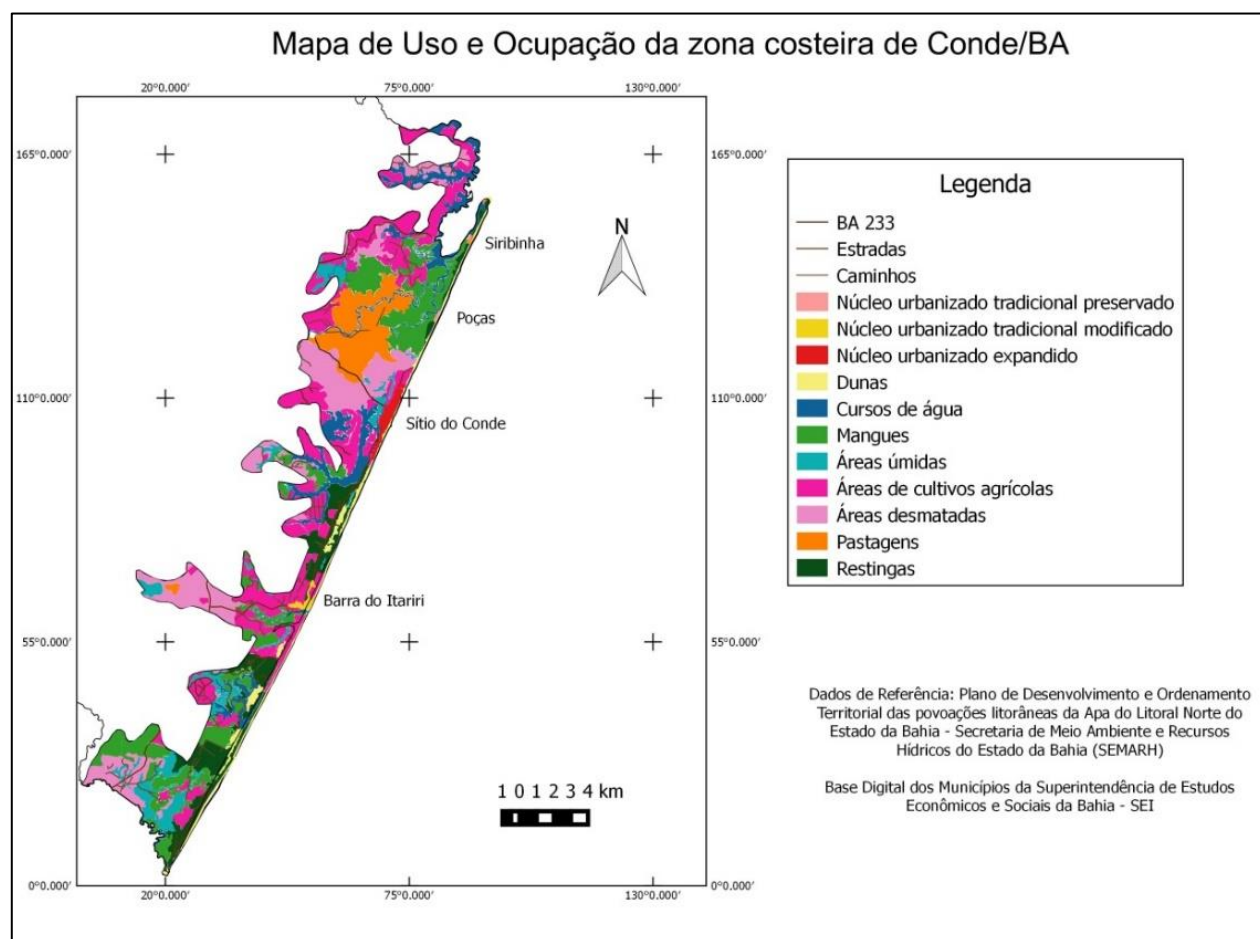
Em Conde são também comuns áreas de pastagens ligadas à criação de bovinos, caprinos e ovinos nas proximidades de corpos d'água e áreas úmidas. Cultivos, principalmente os de grandes extensões, estão associados às pastagens e relacionam-se majoritariamente à cultura do coco-da-baía. O município se configura como um dos principais produtores de coco no Estado da Bahia. A produção de banana, maracujá, manga, laranja, feijão, mandioca, milho, batata doce e abacaxi são também culturas importantes no município.

As atividades primárias estão caracterizadas pelo declínio significativo da agricultura familiar em consequência da crescente exploração do eucalipto e pinus, associados a grupos empresariais. Essa manifestação resulta na expulsão dos pequenos agricultores e nos elevados índices de concentração de terras que compõem a clássica estrutura fundiária do município.



Referente à pesca e ao extrativismo animal, atividades presentes em todos os núcleos do litoral de Conde, principalmente em Poças e Siribinha, vale ressaltar a importância para a sobrevivência da população local. Em Barra do Itariri a pesca também é desenvolvida devido a sua proximidade com o estuário e à posição geográfica que favorece a atracação de embarcações, no entanto, também se registra o abandono dessa atividade por parte considerável da população que comumente passa a ser incorporada ao turismo. A figura 2 apresenta os tipos de uso e ocupação da zona costeira de Conde.

Figura 2: Mapa de Uso e Ocupação da Zona Costeira de Conde/BA.



Organização: Marcus Jesus e Anízia Oliveira (2016).

O Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial das povoações litorâneas da APA do Litoral Norte do Estado da Bahia (2005) corresponde a um documento que, na ocasião de sua elaboração, visou orientar o desenvolvimento da região a partir do fornecimento de subsídios técnicos para que o poder público pudesse implementar ações adotando-se como perspectiva princípios de atuação em bases sustentáveis. Ao abordar aspectos propulsores do crescimento urbano regional ao longo da faixa litorânea, identifica cinco estágios de evolução urbana no LNB. Tais estágios constam no quadro 1 e são considerados como indicativos da intensidade das transformações socioespaciais verificadas no espaço costeiro em estudo. Para a identificação dos estágios de evolução urbana dos



núcleos habitacionais do espaço costeiro de Conde foi adotada a metodologia presente no referido Plano, bem como são consideradas as análises realizadas a partir da interpretação das bases cartográficas, e as observações e informações obtidas durante o trabalho de campo.

Quadro 1: Estágios de evolução urbana do Litoral Norte da Bahia.

Estágios de evolução urbana	Características Principais
Estágio 1 – Núcleo urbano tradicional preservado	Caracteriza-se por ser um povoado urbano com poucas influências de agentes exógenos, onde prevalece a cultura local. Os turistas são veranistas tradicionais que alugam casas durante um período curto no ano. A população local sobrevive de atividades econômicas tradicionais como a pesca, extração vegetal/animal e agricultura de subsistência. Há uma limitação na estrutura de serviços reduzida a alguns pontos comerciais, escolas e igrejas. O desenho urbano é simples, com casas com apenas um pavimento, construída com materiais rústicos encontrados nas imediações. Infraestrutura urbana deficiente com ausência de sistema de abastecimento de águas e ruas pavimentadas. Densidades demográficas desses núcleos são baixas.
Estágio 2 – Núcleo urbano tradicional modificado	Neste estágio o núcleo tradicional original é modificado por atividades turísticas espontâneas, através das aquisições das casas dos moradores locais por veranistas e comerciantes que iniciam a construção de pousadas e restaurantes, com baixa qualidade de infraestrutura. Esse processo colabora na mudança dos moradores locais para áreas menos nobres do povoado (geralmente em mangues ou terrenos embrejados), o que altera o desenho urbano original e faz surgir a construção de novas edificações sem respeitar padrões urbanísticos, além da alteração da cultura local e do estilo de vida, o que geralmente causa conflitos. O resultado disto são as degradações ambientais resultante de ocupações inadequadas em ecossistemas, como em cordões - dunas, devido ao adensamento progressivo dos limites originais aliado a precária infraestrutura e o fechamento do acesso aos recursos naturais utilizados pelos moradores.
Estágio 3 – Núcleo urbano expandido	É o estágio onde o núcleo tradicional se encontra bastante alterado pelas atividades turísticas espontâneas que é dinamizada através do mercado imobiliário, gerando a necessidade de expansão dos limites originais. Processo que se inicia com a especulação imobiliária resultado da cobiça dos especuladores por propriedades rurais extensas com pouca produtividade, que se aproveitam das condições de acesso ao povoado para a implantação de loteamentos. Com a comercialização dessas terras que geralmente são de baixo custo, inicia-se a expansão com ocupações que não obedecem a critérios urbanísticos, já que são áreas que não são consideradas urbanas, e por isso há inexistência de leis que ordenem o uso do solo ou fiscalização. Como resultado, ocorre uma progressiva degradação dessas áreas, fato que, no futuro, contribui para inviabilizar atividades turísticas ordenadas e sustentáveis. Outro aspecto característico deste estágio é a ausência de critérios ambientais para implantação destes projetos, o que promove ocupações inadequadas sobre ambientes dunares; aterro de áreas embrejadas e manguezais; além da alteração da morfologia dos terrenos e fluxos hídricos superficiais e subterrâneos. E uma observação pertinente é que muitos dos lotes demoram a ser comercializados e ocupados, ficando em repouso e gerando prejuízo a receita municipal.
Estágio 4 – Núcleos urbanizados expandidos interligados	Neste se verifica a interligação de dois núcleos urbanos expandidos através de parcelamentos. Nessa condição, os ecossistemas ambientais encontram-se parcelados sem critérios ambientais, onde os problemas são transferidos para compradores que adquirem sem consciência dos problemas ambientais e legais que terão no futuro. Geralmente são loteamentos especulativos com vários problemas legais e irregularidades que são adquiridos por indivíduos externos a região.



Estágio 5 – Mancha urbana continua	Nesse estágio se caracteriza o limite extremo do processo de urbanização, onde os núcleos expandidos interligados estão completamente ocupados, formando um tecido urbano contínuo e situado sobre ecossistemas naturais, o que dificulta o seu reconhecimento. Esse processo demanda uma melhor infraestrutura urbanística para garantir a qualidade de vida dos habitantes.
---	---

Fonte: Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial das povoações litorâneas da APA do Litoral Norte do Estado da Bahia, 2005.

A partir da consideração das características concernentes a cada estágio, a avaliação da estrutura de ocupação dos núcleos habitacionais de Conde identificou que na sua zona costeira ocorrem três tipos de estágios de evolução urbana: Núcleo urbano tradicional preservado (Estágio 1), Núcleo urbano tradicional modificado (Estágio 2), Núcleo urbano expandido (Estágio 3). O Sítio do Conde, o núcleo principal, se enquadra no estágio 3, onde prevalece um tecido urbano desordenado já consolidado, com crescente especulação imobiliária através das vendas de lotes que sugerem uma expansão das construções de condomínios e residências secundárias. São marcantes como características deste estágio, a comercialização de terras a baixo custo, a expansão de ocupações sem critérios urbanísticos e a inexistência tanto de dispositivos legais que ordenem o uso do solo quanto de fiscalização para coibir ocupações desordenadas.

Barra do Itariri se encontra no Estágio 2, caracterizado pelo surgimento de residências construídas fora do núcleo inicial de povoamento. Destacam-se como elementos que definem esse estágio, a modificação das características originárias da localidade por atividades turísticas espontâneas, através das aquisições das casas dos moradores locais por veranistas e comerciantes que iniciam a construção de pousadas e restaurantes, com baixa qualidade de infraestrutura.

Já Siribinha e Poças apresentam-se no primeiro Estágio, onde grande parte da sua população residente ainda sobrevive majoritariamente das atividades relacionadas à pesca, sob pouca influência de agentes externos e com evidências claras de uma infraestrutura urbana deficiente.

Ao apresentar como Conde se enquadra na classificação adotada pelo referido Plano, é importante ressaltar que tal elaboração esteve atrelada ao fluxo de formulações que buscou desenvolver as diretrizes do GERCO em escala regional e local. Ademais, a metodologia utilizada se constituiu com características eminentemente urbanas dos núcleos, apesar de admitir que nos núcleos urbanizados tradicionais preservados existam a proeminência de atividades tradicionais como pesca, extrativismo vegetal/animal e agricultura de subsistência. Atenta-se que a qualificação apenas a partir da forma que atingiu a região, sem observar as dinâmicas socioespaciais particulares, gera problemas classificatórios. Silva (2006, p. 69) apresenta uma consideração importante sobre os diagnósticos na Bahia, é “preciso observar que parte significativa da população considerada como urbana pelas estatísticas oficiais deveria ser avaliada, a rigor, como população rural já que vive em núcleos muito pequenos com predomínio de atividades rurais”. Neste turno, é possível apontar os equívocos do



Plano ao tratar da questão urbana com base nas atividades desenvolvidas, bem como pela sua conceituação que apresenta fragilidade e ausência de referências que o viabilize.

Compreendeu-se durante essa pesquisa que o Plano traz uma perspectiva positivista e linear de evolução, traçando de certo modo que todos os núcleos existentes no LNB passariam por esse processo. No entanto, é preciso ter em consideração que o espaço é ativo e nos movimentos de realização dos eventos e das contradições da relação entre agentes hegemônicos e hegemonzados na lógica do capital (SANTOS, 2014), é possível pensar que nem todos os núcleos passaram por esses estágios inviabilizando assim a lógica linear.

Considerando a análise dos estágios de evolução urbana presentes no Plano e das dinâmicas de uso e ocupação atuais, podemos destacar que em Conde não há a instalação de grandes empreendimentos turísticos, aos moldes dos complexos hoteleiros de resorts, mas se registra a presença de uma variedade de pousadas e hotéis de pequeno e médio porte que visam o atendimento de uma demanda local e regional. Ou seja, o fenômeno de urbanização dispersa ao longo da costa com características atreladas ao turismo, mesmo que de forma ainda incipiente, e se diferencia no município por atender prioritariamente a demanda local e regional de mercado. Tem-se que a própria expansão dessa atividade é fruto do imaginário representativo criado sobre o LNB em torno do turismo que, no caso do município citado, alimenta-se da influência de ações estatais, como a propaganda verificada por Gomes (2013) referente a venda de lotes litorâneos no *site* da SETUR-BA.

Ao longo do Litoral Norte se vivencia a expansão da vilegiatura, sobretudo associado ao capital imobiliário-turístico. Em Conde, tem-se um padrão de urbanização que também segue a lógica da vilegiatura, residindo na aquisição de residências secundárias nos espaços litorâneos do município, principalmente na sua faixa de praia, colocando assim em destaque seu principal núcleo urbano de habitação, Sítio do Conde, que supera em área efetiva de ocupação até a própria sede distrital do município. Igualmente, verifica-se a construção de imóveis por populares em zonas menos privilegiadas devido à expansão dessa prática marítima moderna, o que pode resultar em uma série de conflitos socioambientais.

Nesse sentido, o que se tem projetado sobre a zona costeira de Conde é um padrão de uso e ocupação relacionado às atividades agropecuárias e a um perfil de urbanização que fragmenta e segrega o espaço e que colabora para a implantação de um modelo de exploração turística seletivo, degradante e definidor de conflitos. O desenvolvimento desse perfil de urbanização no espaço costeiro de Conde se caracteriza pelo avanço de loteamentos, condomínios e empreendimentos hoteleiros, sendo que seu principal núcleo urbano (Sítio do Conde) se expande sobre um desenho caótico, sem ordenamento de uso do território, o que conseqüentemente resulta na ocupação indevida de ecossistemas costeiros, questão também recorrente em Barra do Itariri, núcleo localizado mais ao



sul do município, onde se registram mais claramente na paisagem residências construídas sobre cordões dunares e na linha da praia.

Vale ressaltar que, embora o vetor turismo e suas lógicas de ocupação do território costeiros do Conde não exerçam a mesma influência sobre a dinâmica urbana se comparada às características de urbanização presenciadas em porções mais ao sul do LN, já se manifestam no referido município processos vinculados a um perfil de ocupação fragmentador e excludente que colaboram para a intensificação de uma especulação imobiliária expansiva, o que denota que vem ocorrendo o processo de territorialização de agentes sociais e econômicos geradores de preocupantes transformações socioespaciais.

No bojo dessa discussão, não podemos deixar de considerar que a não territorialização de infraestruturas nos moldes semelhantes aos mega empreendimentos turísticos verificados em outros trechos do LN pode ainda não ter se dado pelos fatores locacionais, afinal este município está situado nas proximidades da divisa com o estado de Sergipe, a uma distância de aproximadamente 170 km do aeroporto de Salvador, cerca de duas horas de deslocamento entre ambos, o que talvez a curto prazo não viabilize uma rentabilidade desejada pelos grandes empresários dos ramos turísticos e imobiliário.

Quanto ao tratamento de Conde como reserva de valor ainda a ser incorporada na lógica dos grandes circuitos nacionais e internacionais de turismo, é preciso entender que a exploração turística também se beneficia da produção da exclusividade como forma de valorização e acumulação de capital, e por isso é possível pensar que o litoral deste município aguarda o esgotamento dos destinos tradicionais para ser oferecido como uma nova alternativa ao desenvolvimento da atividade (BUTLER, 1980). Basta lembrar que o próprio processo de difusão de modelos turísticos pelo mundo deu-se a partir do processo de decadência de destinos amplamente frequentados e assimilação de novos locais que viabilizassem a continuidade da ampliação da acumulação a partir da sua exploração (HARVEY, 2005).

Podemos afirmar então que o turismo como vetor de transformação do litoral, não só revela o potencial de beleza cênica das paisagens costeiras, como também expõe os desmandos sociais e conflitos existentes por trás das lógicas de apropriação. As lógicas impostas pelo capital na produção e reprodução desses espaços ainda não foram capazes de desenvolver socialmente e economicamente os territórios já incorporados pelo turismo e sua proposta de desenvolvimento periférico.

A análise das transformações do espaço costeiro de Conde, ao considerar a expansão dos usos ligados ao turismo, lazer e recreação e das instalações de condomínios de segunda residência, faz ressaltar um contexto preocupante de afloramento de conflitos atrelados aos processos socioespaciais já desenvolvidos e/ou em desenvolvimento, destacando assim a necessidade de se buscar formas de uso e ocupação do território que almejem práticas voltadas à inexistência de danos ambientais e



sociais decorrentes destes fenômenos e que estejam apoiadas no cumprimento dos dispositivos legais de proteção ambiental existentes.

Tendo em vista as particularidades presenciadas na zona costeira de Conde no que correspondem às ocupações irregulares muito associadas à crescente implantação de loteamentos, condomínios, segundas residências e empreendimentos hoteleiros; às transformações na estrutura fundiária (aumento do parcelamento do solo), à tendência do processo de intensificação de um crescimento urbano desordenado sustentado por uma especulação imobiliária e turística intensiva que contribui para a descaracterização das paisagens naturais, para o comprometimento do equilíbrio dos sistemas biofísicos e para a perda de qualidade ambiental das áreas afetadas por este tipo de padrão de uso e ocupação; é que se fazem necessários mecanismos mais eficientes de planejamento e ordenamento que direcionem os usos e ocupações da sua zona costeira para padrões mais sustentáveis, visando assim priorizar a manutenção da diversidade ambiental da zona costeira e do modo de vida tradicional das populações locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o Estado se qualifica como o principal agente de transformação na paisagem costeira. Ora como fornecedor direto de infraestrutura para a instalação de vetores de modernização, ora articulando nas escalas nacionais e internacionais através de projetos de capitalização de recursos privados para a implantação de determinados usos e ocupações. O Litoral Norte da Bahia é um dos espaços nordestinos privilegiados pelas ações governamentais em incentivo ao desenvolvimento do turismo e o investimento de capital estrangeiro em infraestrutura turística.

Conde, município integrante desta região, vem sofrendo a influência do avanço das atividades turísticas. A possível territorialização das atividades turísticas, de recreação e lazer de grande porte atrelado ao crescimento do mercado imobiliário de lotes e construção de condomínios de residências secundárias podem alterar substancialmente a dinâmica local, somadas à expansão dos núcleos habitacionais sobre ecossistemas costeiros, à concentração fundiária, ao avanço das atividades agropecuárias que desmatam a floresta nativa do município, à expansão das culturas específicas, à necessidade de preservação das comunidades que vivem da pesca artesanal que expõem um cenário complexo gerador de novos conflitos.

É necessária a implementação de medidas que postulem usos e ocupações sustentáveis na zona costeira. Um caminho que se assenta em torno dessas questões é a urgência de ações do Estado, enquanto agente mediador frente aos conflitos socioambientais, direcionadas à reversão das problemáticas diagnosticadas, como a expansão desordenada dos parcelamentos do solo e de ocupações irregulares. Ações que sejam capazes de intervir na realidade e conter os processos de



degradação ambiental em curso, que orientem/ordenem os usos e processos de ocupação em moldes sustentáveis, tendo como diretrizes a efetiva conservação, preservação e recuperação dos ambientes costeiros, de sua diversidade, e que envolvam a população local nos processos de planejamento, visando a manutenção das comunidades tradicionais nos seus espaços de reprodução e vivência cotidiana.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. **Estratégia Turística da Bahia**: O Terceiro Salto 2007-2016. Salvador: Setur, 2011.
- BAHIA. Decreto nº 1.046, de 17 de março de 1992. **Cria a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia e dá outras providências**. Salvador: Diário Oficial do Estado, 1992.
- BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Pólo Salvador e entorno**. Governo do Estado da Bahia - Secretaria da Cultura e Turismo Salvador, 2003.
- BAHIA. **Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial das Povoações Litorâneas da APA do Litoral Norte do Estado da Bahia**. Salvador: Governo do Estado da Bahia - Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos/ Centro de Recursos Ambientais, 2005.
- BNDES. **PRODETUR**: Infra-estrutura e seus reflexos no turismo. Rio de Janeiro: BNDES - Governo Federal, 1999.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível na Internet: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em 10 de jun. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS**. Informações de Renda Média Domiciliar Per Capita, 2010. Disponível na Internet: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206>. Acesso em 10 de jun. 2016.
- BUTLER, R. The concept of tourism area cycle of evolution: implications for management of resources. **Canadian Geographer**, n. 24, v. 1, p. 5-12, 1980.
- CAZES, G. Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. In: RODRIGUES, Adyr A. B. Balastrieri. (Org.). **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 77-85.
- GOMES, L. **Luzes e sombras no litoral norte da Bahia**: estratégias e sustentabilidade das redes hoteleiras internacionais. Salvador: EDUNEB, 2013.
- JESUS, M. H. O. de; OLIVEIRA, A. C. C. de A. Transformações socioespaciais no Litoral Norte da Bahia e a importância do planejamento territorial. **Revista Entorno Geográfico**. Nº 13, p. 82-98, 2017.
- JESUS, M. H. O. de. Políticas territoriais no Litoral Norte da Bahia: entre os meios geográficos e a avaliação ambiental estratégica. 165 f. 2021. **Dissertação** (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.



LIMONAD, E. O fio da meada. Desafios ao planejamento e à preservação ambiental na Costa dos Coqueiros, Bahia. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, vol. 11, n. 245 (40), 2007.

LIMONAD, E. “Você já foi à Bahia, nêga? Não! Então vá! Antes que acabe...”. Planejamento, urbanização e turismo no litoral do Nordeste brasileiro, tendências e perspectivas. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

MAGALHÃES, D. S. Fragmentação e segregação sócio-espacial no processo de urbanização do litoral nordeste da Bahia: os dois lados da Rodovia BA-099 – “Estrada do Coco”. 332f. 2016. **Tese (Doutorado em Geografia)**, Instituto de Geociência, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

MARCELINO, A. M. T. O turismo e a sua influência na ocupação do espaço litorâneo. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 177-183.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.

PEREIRA, A. Q. **A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole no nordeste do Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2014. 202p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE. **Projeto Orla – Plano de Intervenção na Orla Marítima do Município de Conde-BA**. Conde: GERCO/SPU/IBAM/MMA, 2004.

SANTOS, P. P. Veraneio, turismo de sol e praia e imobiliário-turístico: a formação da região turística entre o litoral Sul de Sergipe e o litoral Norte da Bahia. 391 f. 2019. **Tese (Doutorado em Geografia)**, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

VITÓRIA, S. S.; JESUS, M. H. O. de; OLIVEIRA, A. C. A. Paisagem costeira de Conde-BA: uma análise integrada a partir da caracterização da dinâmica biofísica e do uso e ocupação. In: Simpósio Nacional de Geomorfologia, 2016, Maringá. **Anais do XI SINAGEO**, 2016.

SILVA, S. B. de M. e. O problema regional baiano: novas e velhas questões. In: SILVA, S. B. de M. e; SILVA, B-C N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, 2006, p. 71-90.

SILVA, S. C. B. M.; SILVA, B. C. N; CARVALHO, S. S. de. Metropolização e turismo no Litoral Norte de Salvador: de um deserto a um território de enclaves?. In: CARVALHO, I.; PEREIRA, G. (Orgs.). **Como anda Salvador**. 2ª ed. Salvador-BA: Ed. da Universidade Federal da Bahia, 2008, p. 189-211.

SILVA, S. C. B. M.; CARVALHO, S. S. de; SILVA, B. C. N. Globalização, turismo e residências secundárias: o exemplo de Salvador-BA e de sua região de influência. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. IV, p. 1-16, 2009.



SILVA, S. C. B. M.; CARVALHO, S. S. de. Vende-se uma região: o marketing territorial público e privado do litoral norte da Bahia. **Revista Desenbahia**, v. 7, p. 99-114, 2011.

VITORIA, S.; OLIVEIRA, A. C. A. Análise da paisagem costeira do município de Conde-BA. In: **Anais do XVI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada SBGFA**, Teresina. 2015. p. 2024-2031.

VILAR, J. W. C. et al. Ordenamento territorial do litoral nordestino. IN: MENEZES, S. de S. M.; PINTO, J. E. S. de S. (Orgs.). **Geografias e geograficidades: escolhas, trajetórias e reflexões**. São Cristóvão: Editora UFS, 2020, p. 277-309.